



28 · 29 · 30
de OUTUBRO

XII SEGET
SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA
TEMA 2015
Otimização de Recursos e Desenvolvimento



“Quem não se comunica se trumbica!”: Comunicação, Treinamento e Gestão Ambiental em Organização Militar do Estado de São Paulo

ROMERO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO
romeroalbuquerque@bol.com.br
UNINOVE

NORBERTO STORI
nstori@uol.com.br
MACKENZIE

Resumo: A comunicação ambiental serve para informar e motivar continuamente a gestão, bem como divulgar os benefícios práticos e econômicos de sua adoção. Este trabalho tem por objetivo conhecer como ocorre o processo de comunicação ambiental em uma Organização Militar do Estado de São Paulo, visando o estabelecimento de uma política de comunicação ambiental que possa contemplar as partes interessadas, produzindo melhoria no desempenho ambiental da instituição e ampliando sua responsabilidade socioambiental. A pesquisa conclui que apesar de existir um processo de comunicação ambiental na Organização Militar, vinculado a prática de gestão ambiental, torna-se necessária a divulgação dos resultados dessas práticas, o estabelecimento de uma política de comunicação mais efetiva e a intensificação dos treinamentos ambientais como ferramenta de um Programa de Educação Ambiental crítico e construtivo.

Palavras Chave: Comunicação - Responsabilidade - Treinamento - Organização Militar -



28 · 29 · 30
de OUTUBRO

XII SEGET
SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA
— TEM 2015 —
© Iniciação de Recursos e Desenvolvimento



1. INTRODUÇÃO

A comunicação sobre questões ambientais atravessa vários níveis de interação – desde uma simples conversa entre agricultores sobre culturas biológicas até estudos integrados de avaliação sobre problemas globais (ex. buraco na camada de ozônio) – refletindo a complexidade e o caráter holístico do Ambiente. Neste contexto pode-se inferir que a comunicação ambiental pode tomar a forma de um discurso mediado, desenvolvido para facilitar a negociação e decisão sobre problemas ambientais concretos; o debate sobre a preservação de uma paisagem natural; ou a discussão sobre a relevância estratégica de determinados impactos ambientais (COPPOLA, 2000).

Desta forma, a comunicação ambiental vem se constituindo como um amplo campo de práticas e estudos ainda pouco explorado na literatura acadêmica brasileira, na qual predominam pesquisas empíricas sobre jornalismo ambiental e o papel da mídia na educação ambiental (AGUIAR e CERQUEIRA, 2012).

Inseridos na maioria dos Sistemas de Gestão Ambiental (SGA), especialmente na norma ISO 14.001 (1996), estão os requisitos sobre a comunicação ambiental. De acordo com Campos (2007), a comunicação ambiental é o processo de compartilhar informações sobre temas ambientais entre organizações e suas partes interessadas, visando construir confiança, credibilidade e parcerias, para conscientizar os envolvidos, e então, utilizar as informações no processo decisório.

Para Sammalisto e Brorson (2008) treinamento e comunicação são elementos essenciais para a adoção de Sistemas de Gestão Ambiental (SGA). De acordo com os autores a comunicação serve para informar e motivar continuamente a gestão, e colaboradores internos e externos acerca forças motrizes do SGA, bem como demonstrar os benefícios práticos e econômicos de sua adoção.

Desta forma Sammalisto e Brorson (2008) registram que as informações podem ser disseminadas através dos Programas de Educação Ambiental (PEA), com a finalidade de possibilitar aos indivíduos a aquisição de conhecimentos, valores, habilidades e experiências para participar da solução dos problemas ambientais; possibilitar a mudança de atitudes para o desenvolvimento sustentável; e integrar diferentes saberes e vivências, pois a questão ambiental agrega variados conhecimentos.

Sendo importante registrar que, para Silva (1997): “Comunicação não pode ser simplesmente confundida com informação, pois informação pode ser transmitida mecanicamente e até de forma impessoal. Entretanto, informação é uma excelente matéria-prima para a comunicação, pois quem está informado está bem mais preparado para o diálogo, está em melhores condições para entender e confiar no interlocutor, ainda mais se houver a confiança de que o interlocutor passou todas as informações necessárias e não apenas as que lhe interessavam, pois, nesse caso, ainda haverá manipulação e não uma atitude nobre com o intuito de convocar o outro para o diálogo ou ação cooperativa e comunitária”.

Segundo a norma ISO 14.063 (2006) a comunicação ambiental é o processo de partilha de informação para construir confiança, credibilidade e parcerias, para sensibilização, e instrumento na tomada de decisão. Os processos utilizados e o conteúdo da comunicação variam de acordo com os objetivos e as circunstâncias da organização e deve ser construído tendo como base informação substantiva. Para assegurar o sucesso dos processos de comunicação ambiental, é importante para a organização considerar-se parceira responsável na sociedade e corresponder às expectativas ambientais das partes interessadas.

Assim, Moreira (2001) defende que a comunicação ambiental é importante nos processos que regem as relações corporativas e a comunicação com seu público externo e



28 · 29 · 30
de OUTUBRO

XII SEGET
SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA
TEMA 2015
© Iniciação de Recursos e Desenvolvimento



interno, bem como a obtenção de informações úteis à tomada de decisão em gestão ambiental participativa.

Para García e Santiso (2010) comunicação ambiental é um processo de gestão integral e responsável, envolvendo antecipação e satisfação das necessidades do receptor, do público e da sociedade, de uma forma integrada e sustentável.

Neste sentido, o presente trabalho tem por objetivo conhecer como ocorre o processo de comunicação ambiental em uma Organização Militar do Estado de São Paulo, visando o estabelecimento de uma política de comunicação ambiental que possa contemplar as partes interessadas, produzindo melhoria no desempenho ambiental da instituição e ampliando sua responsabilidade socioambiental.

2. REVISÃO DA LITERATURA

Nesta seção serão apresentados os conceitos e definições sobre comunicação ambiental, sobre gestão ambiental e Sistema de Gestão Ambiental (SGA) na administração pública.

2.1. COMUNICAÇÃO AMBIENTAL

Os problemas ambientais estão cada vez mais presentes na vida dos cidadãos. A preocupação com o planeta é tema abordado frequentemente. Porém, a falta de conscientização e até descaso de grande parte da população com ações efetivas, dificulta a solução e a melhoria de grande parte desses problemas. Diante disso, a interface entre comunicação e meio ambiente ganha importância para o fomento de ações conscientizadoras (MORALES *et al.*, 2014).

A comunicação ambiental é um dos elementos - chave de estratégias eco-orientadas, ao lado de fatores como a eco-eficiência, os sistemas de controle ambiental, entre outros fatores que têm se tornado uma questão de competitividade nas empresas (ROTONDARO e TURATTI, 2005).

Para Andreoni *et al.* (2008), a relevância da comunicação ambiental é justificada, entre outros aspectos, pela necessidade de se utilizar termos, expressões e vocábulos, sejam os mesmos científicos ou não, mais adequados ao contexto ambiental - global e local - e eficazes no sentido de produzirem uma reação ou sentimento na massa que conduza à ação, à manifestação, à transformação. Pois, o uso aleatório ou malicioso de um discurso específico pode significar o velamento de determinadas questões ou problemas ambientais, através de eufemismos, por exemplo.

A prática da comunicação ambiental pressupõe a utilização dos fundamentos comunicacionais a favor do exercício da cidadania planetária, que estimule ações transformadoras pela sustentabilidade do nosso meio (LIMA *et al.*, 2013).

Fernandes *et al.* (2014), registram em seu estudo que a comunicação é implementada de forma instrumental, pragmática, direcionada para a resolução de problemas pontuais e assume um caráter informativo e de divulgação de mensagens de interesse das empresas. Outra questão apontada pelos autores diz respeito à abrangência da comunicação, que não permeia todo o processo de licenciamento ambiental, se restringindo somente a contribuir para minimizar e compensar os impactos ambientais na comunidade próxima do local de implantação do empreendimento. Além disso, a comunicação acontece de forma desorganizada e não planejada.



28 · 29 · 30
de OUTUBRO

XII SEGET
SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA
TEMA 2015
Otimização de Recursos e Desenvolvimento



Para alguns autores, a comunicação ambiental precisa ser planejada, desenhada e gerenciada estrategicamente, sem que isso signifique que os únicos objetivos a alcançar sejam os corporativos (FERNANDES *et al.*, 2014).

De acordo com Lara (2004), a comunicação ambiental tornou-se nos últimos anos parte estratégica e de grande relevância dentro do planejamento da comunicação corporativa das empresas. Entre seus objetivos mais importantes, está a otimização dos resultados obtidos a partir da instalação de sistemas de gestão ambiental nas indústrias.

Para García e Santiso (2010) comunicação ambiental é um processo de gestão integral e responsável, envolvendo antecipação e satisfação das necessidades do receptor, do público e da sociedade, de uma forma integrada e sustentável.

Para Sammalisto e Brorson (2008) treinamento e comunicação são elementos essenciais para a adoção de Sistemas de Gestão Ambiental (SGA). De acordo com os autores a comunicação serve para informar e motivar continuamente a gestão, e colaboradores internos e externos acerca forças motrizes do SGA, bem como demonstrar os benefícios práticos e econômicos de sua adoção.

2.2. GESTÃO AMBIENTAL

A Gestão Ambiental (GA) é uma das alternativas para se alavancar os índices de desenvolvimento sustentável. Ela está sendo implantada em muitas organizações como um fator estratégico para acirrar a competitividade e conquistar a confiança dos stakeholders (LUIZ *et al.*, 2013).

Tinoco e Kraemer (2004) registram que GA inclui uma série de atividades que devem ser administradas, tais como: formular estratégias de administração do meio ambiente, assegurar que a empresa esteja em conformidade com a legislação ambiental, implementar programa de prevenção à poluição, gerir instrumentos de correção de danos ao meio ambiente, adequar os produtos às especificações ecológicas, além de monitorar o programa ambiental da empresa. Para os autores a GA inclui a estrutura organizacional, atividades de planejamento, responsabilidades, práticas, procedimentos, processos e recursos para desenvolver, implementar, atingir, analisar criticamente e manter a política ambiental. É o que a empresa faz para minimizar ou eliminar os efeitos negativos provocados no ambiente por suas atividades. Esses autores complementam dizendo que gestão ambiental é a forma pela qual a organização se mobiliza, interna e externamente, para a conquista da qualidade ambiental desejada. Ela consiste em um conjunto de medidas que visam ter controle sobre o impacto ambiental de uma atividade.

Almeida (2006) define gestão ambiental como “um processo de articulação das ações dos diferentes agentes sociais que interagem em um dado espaço com vistas a garantir a adequação dos meios de exploração dos recursos ambientais – naturais, econômicos e socioculturais – às especificações do meio ambiente, com base em princípios e diretrizes previamente acordado e definidos.

Almeida (2006) menciona, também, que a GA integra a política, o planejamento e o gerenciamento ambiental. A política ambiental é considerada o conjunto consciente de princípios doutrinários que conformam as aspirações sociais e/ou governamentais no que concerne à regulamentação ou modificação no uso, controle, proteção e conservação do ambiente; o planejamento ambiental abrange o estudo prospectivo que visa à adequação do uso, controle e proteção do ambiente às aspirações sociais e/ou governamentais expressas, formal ou informalmente, em uma Política Ambiental, através da coordenação, compatibilização e implementação de projetos de intervenções estruturais e não estruturais; e



28 · 29 · 30
de OUTUBRO

XII SEGET
SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA
TEMA 2015
Otimização de Recursos e Desenvolvimento



o gerenciamento ambiental é o conjunto de ações destinadas à regular o uso, controle, proteção e conservação do ambiente, e a avaliar a conformidade da situação corrente com os princípios doutrinários estabelecidos pela Política Ambiental.

Contudo, Barbieri (2004) entende por gestão ambiental empresarial as diferentes atividades administrativas e operacionais realizadas pela empresa para abordar problemas ambientais decorrentes da sua atuação ou para evitar que eles ocorram no futuro.

2.3.3 SGA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Para Ito (2006) a implantação de SGA em instituição pública requer planejamento, envolvimento e comunicação. Este mesmo autor registra que há Sistema de Gestão Ambiental no setor público em países como Japão, EUA, Itália, Espanha, Suécia, Alemanha e Reino Unido.

Ortiz (2005) ressalta que a implementação do SGA nas agências de defesa e setor de energia apresenta melhores desempenho em relação aos demais órgãos federais, por receberem investimentos em decorrência dos seus setores de pesquisa.

Ramos (2007) em pesquisa realizada no setor de defesa de Portugal, registrou que existem inúmeras iniciativas que envolvem a implementação de práticas de gestão ambiental, por exemplo, Sistemas de Gestão Ambiental (SGA), auditorias ambientais e avaliação de desempenho ambiental. No entanto a maior parte destas iniciativas é centrada na adoção de SGA.

Os SGA são estruturas que permitem uma organização reduzir sistematicamente a “pegada” ambiental em suas atividades diárias. O SGA incorpora pensamento sistêmico e fornece uma estrutura para identificar e assegurar a conformidade ambiental com os requisitos regulamentares, e para proporcionar oportunidades de melhoria contínua. No caso do governo norte-americano, os SGA foram projetados para identificar as causas do mau desempenho ambiental e iniciar ações corretivas e preventivas (ORTIZ, 2005).

No Brasil, há poucas pesquisas focando a implantação de SGA no setor público, em especial nas Forças Armadas, dentre elas, Neves e Rosemberg (2010) que fizeram um estudo comparativo entre o Sistema de Gestão Ambiental do Exército Brasileiro e a norma ISO 14001, e Maranhão (2010) que propôs um modelo de SGA para a Estação Naval do Rio Negro.

Barata *et al.* (2007) registram que a implantação da gestão ambiental nos órgãos da administração pública pretende instaurar uma nova cultura institucional, visando à mobilização dos servidores para a otimização dos recursos, para o combate ao desperdício e para a busca de uma melhor qualidade do ambiente de trabalho. Evidencia-se que para o êxito e efetivação da gestão ambiental será decisivo o grau de engajamento do próprio servidor e de seus dirigentes.

3. METODOLOGIA

O presente trabalho é de natureza estudo exploratório-interpretativa, onde se buscou analisar se ocorre e como ocorre o processo de comunicação ambiental utilizado para a disseminação das informações em uma instituição militar.

O estudo classifica-se também em pesquisa bibliográfica, pois conforme afirmou Martins (2000) “a leitura é uma das maneiras mais utilizadas para se conhecer a realidade”. Procurou-se recolher, selecionar, analisar e interpretar as contribuições teóricas já existentes,



28 · 29 · 30
de OUTUBRO

XII SEGET
SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA
TEMA 2015
Otimização de Recursos e Desenvolvimento



de modo a aperfeiçoar os conhecimentos dos autores, com vistas a garantir o sucesso da aplicação prática na instituição.

Os estudos de casos (descritivos) não precisam ficar limitados a uma única fonte de evidências, quanto maior a variedade maior a confiabilidade fornecida pelo estudo, pois as fontes de evidências são revisadas e analisadas em conjunto, de forma que as descobertas do estudo de caso sejam oriundas da convergência das informações destas diferentes fontes (YIN, 2001).

Para Yin (2001), um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos. O estudo de caso representa uma maneira de se investigar um tópico empírico, através de procedimentos específicos.

Diante disto, esta pesquisa caracteriza-se também como estudo de caso, pois esta tem como objetivo primordial investigar um fenômeno, dentro do contexto, de um ambiente Militar situado na cidade de São Paulo – SP. Para atingir o objetivo almejado foi aplicado um questionário aos militares que servem na Organização Militar (OM) com o intuito de conhecer se ocorre comunicação ambiental e de que forma ocorre, além disso, buscou-se analisar a percepção que os mesmos possuem do seu ambiente de trabalho.

É importante destacar que a Organização Militar em estudo vai ser denominada de OM-SP, e sua missão é coordenar o esforço de integração das Forças Armadas com as indústrias, as Instituições de Ensino Superior e as Instituições de Pesquisas do Estado de São Paulo, em áreas acadêmicas, científicas e tecnológicas, portanto na área administrativa. Atualmente, servem nessa OM 16 militares e 50% desse efetivo respondeu voluntariamente o questionário.

Os militares que responderam o questionário são todos do sexo masculino (100%) e com idade compreendida entre 26 – 50 anos, distribuídos de acordo com os dados apresentados na figura 1 e nível de escolaridade majoritariamente com o Ensino Médio completo, conforme gráfico da figura 2.

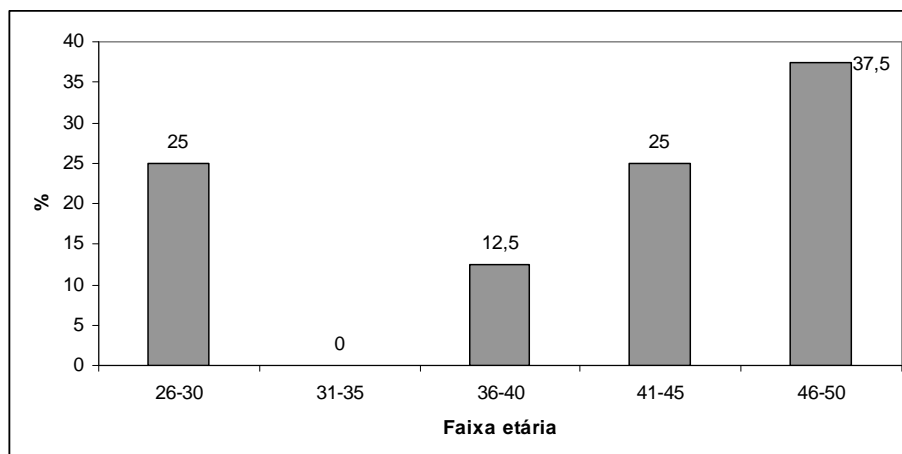


Figura 1: Distribuição etária dos militares da OM.

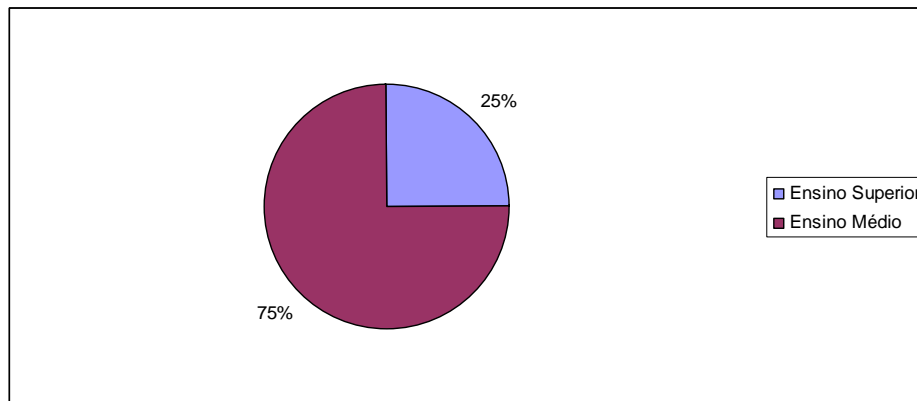


Figura 2: Nível de escolaridade dos militares da OM.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO

Alguns militares que responderam o questionário já serviram em Organizações Militares que realizam processos de conscientização ambiental, todavia, quando indagados sobre a participação em tais processos, somente 49% registraram que já participaram (fig. 3). Contudo, 100% dos militares mencionou que os processos de conscientização são importantes para mudança de mentalidade, corroborando com Berna (2011), ao afirmar que a opinião pública está cada vez mais consciente e sensível às questões ambientais e cobra das empresas, políticos e governos cada vez maior responsabilidade ambiental.

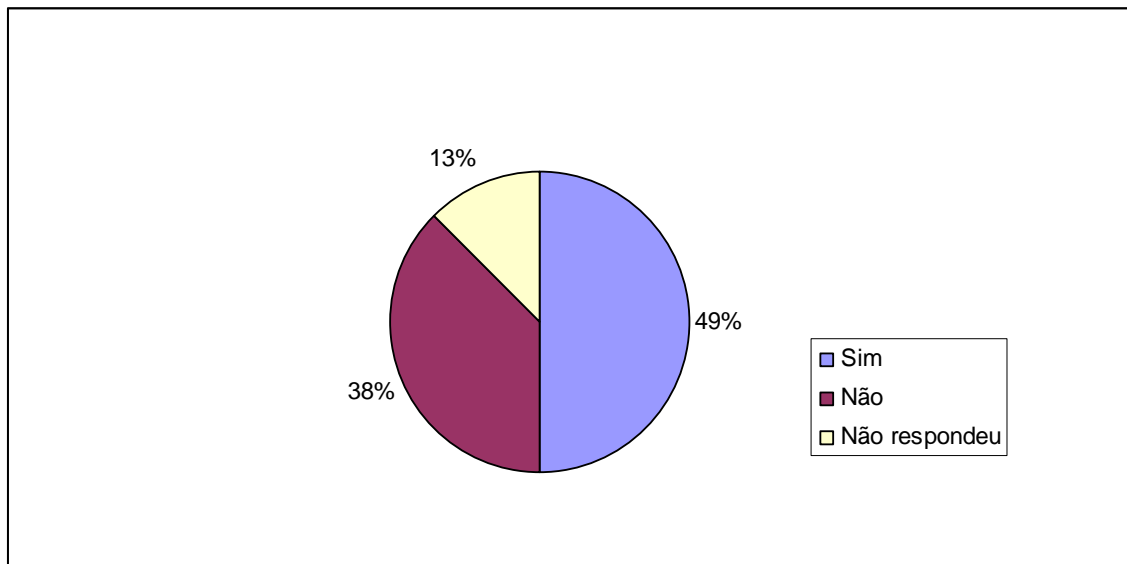


Figura 3: Militares da OM-SP que já participaram de processo de conscientização ambiental.

Buscando conhecer em que local o militar participou do processo de conscientização e se há algum processo em seu local de trabalho, 75% dos militares afirmaram que participaram em outros locais e 25% em casa, portanto registram que não há comunicação ambiental na OM-SP (fig. 4). Mas, é preciso investigar se as empresas e governos já mudaram de atitude e

adotaram políticas ambientais sérias, contudo não investiram adequadamente na divulgação de seus resultados e continuam sendo vistos como vilões do meio ambiente (BERNA, 2011).

Além disso, é preciso entender se as ações de gestão ambiental não são visíveis para seu público interno ou se não conseguem atingir as expectativas dos militares por intermédio dos treinamentos e campanhas de comunicação ambiental.

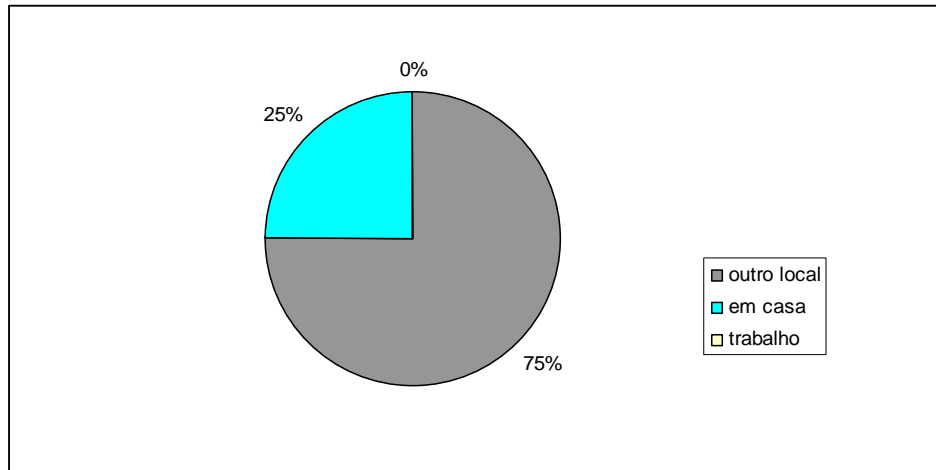


Figura 4: Local em que participou de processo de conscientização.

Com essa concepção o estudo investigou, sabendo que a OM-SP é do setor administrativo, qual a percepção dos militares em relação ao consumo de água, energia, papel e material descartável. Em relação ao consumo de água 50% dos militares (fig. 5) registraram que seu consumo no local de trabalho é muito baixo ou baixo, em consonância com a atividade exercida estritamente administrativa.

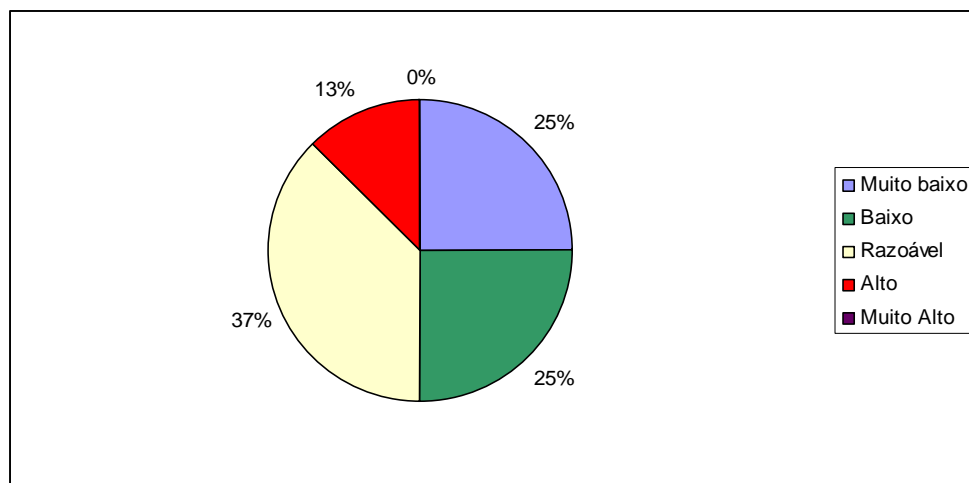


Figura 5: Percepção dos militares quanto ao consumo de água.

Quanto ao consumo de energia (fig. 6), é preciso mencionar que a OM possui diversas estações de trabalho com microcomputador, em média uma para cada militar e, portanto apresenta consumo de energia razoável, conforme respondido por 74% dos militares, pois as

máquinas são novas ou semi-novas e com configuração para economizar energia caso não esteja em uso.

Além disso, é preciso registrar que apesar dos militares não mencionarem, há cartazes afixados próximos aos interruptores com a seguinte expressão: “a luz que você apaga, a organização não paga”.

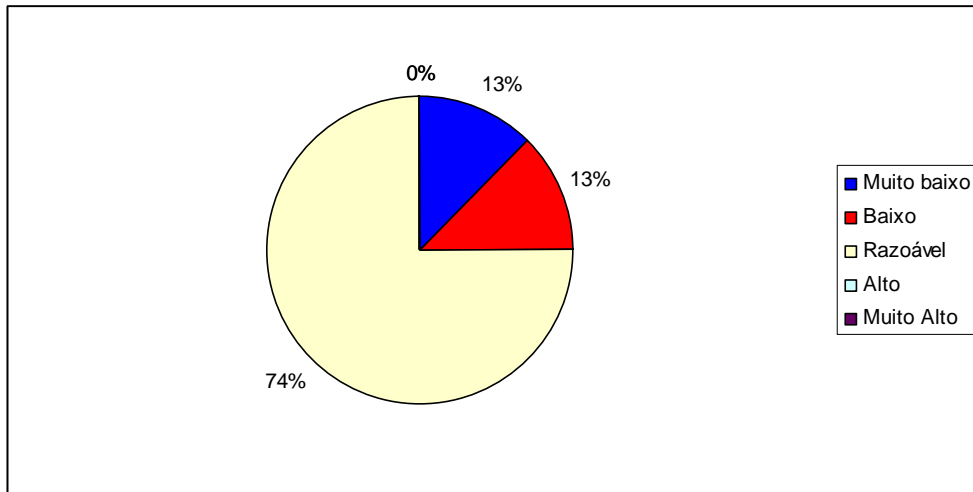


Figura 6: Percepção dos militares quanto ao consumo de energia.

Em relação ao consumo de papel 37% dos militares (fig. 7) mencionaram que apresentam alto consumo e 37% registraram que possuem baixo. Esse antagonismo se deve as tarefas exercidas pelos militares na OM-SP, pois nem todos lidam com a confecção de documentos, relatórios, reprodução de manuais, livros, apostilas, dissertações ou teses.

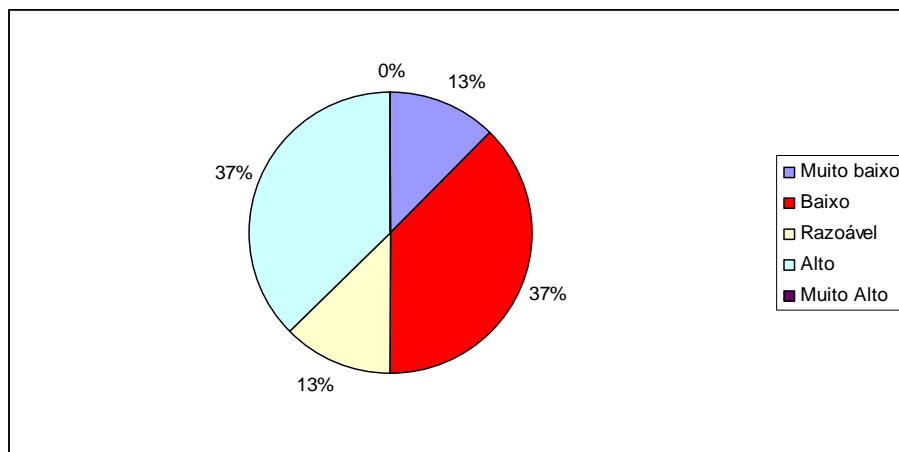


Figura 7: Percepção dos militares quanto ao consumo de papel.

Já em relação ao uso de material descartável, 50% dos militares (fig. 8) disseram que é muito baixo ou baixo e, portanto coerente com o horário de expediente dos militares na instituição e suas atividades laborais que não exigem consumo excessivo de água no caso dos copos descartáveis, bem como toalhas de papel.

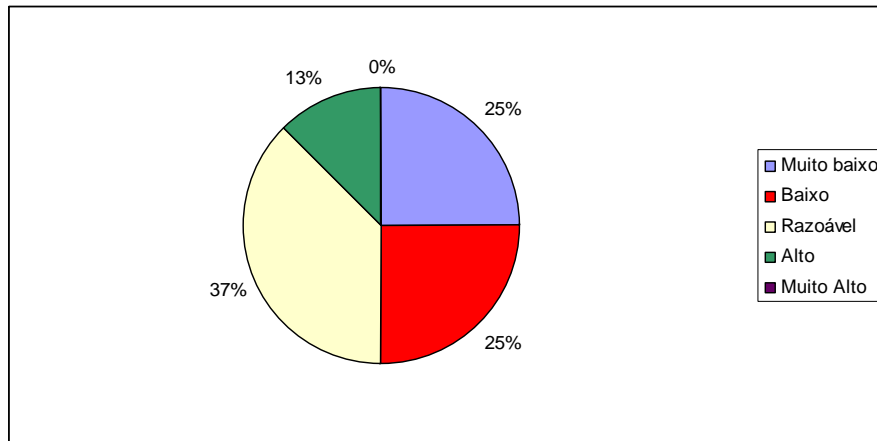


Figura 8: Percepção dos militares quanto ao consumo de material descartável.

Ainda com o intuito de verificar a percepção dos militares quanto à geração de resíduos orgânicos no local de trabalho, ficou evidente que 62% geram muito pouco e 25% pouco (fig.9).

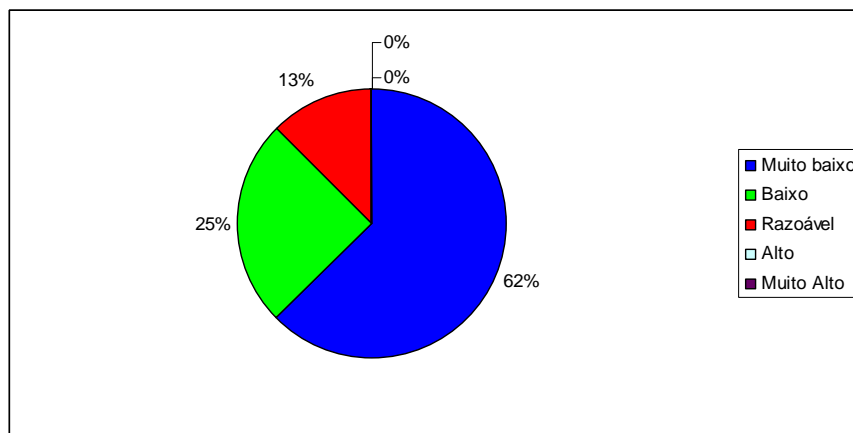


Figura 9: Percepção dos militares quanto à geração de resíduos orgânicos.

Quanto à geração de resíduos recicláveis, 49% dos militares acreditam ser baixo e 25% acham que é razoável (fig. 10), sugerindo que plásticos, alumínio e vidros podem ter origem não da atividade laboral, mas de consumo particular, como refrigerantes, embalagens para conservar comida, bebidas energéticas e produtos de higiene pessoal.

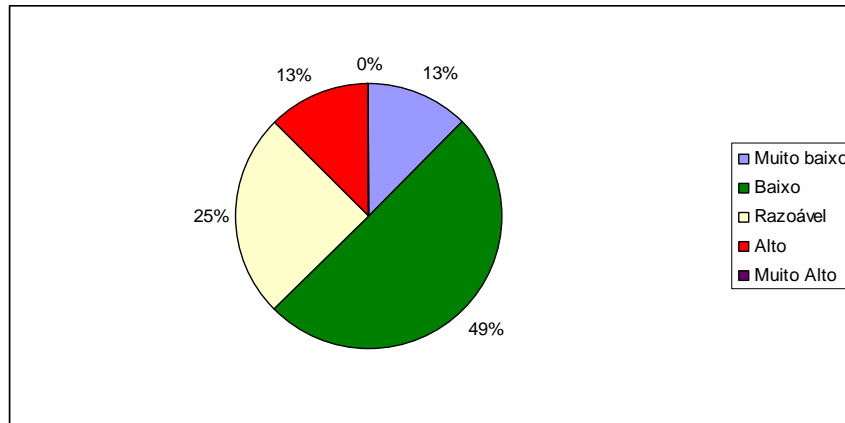


Figura 10: Percepção dos militares quanto à geração de resíduos recicláveis.

Em contrapartida, em função da missão da OM-SP, a geração de papel apresenta números compatíveis com tal atividade, pois 62% dos militares registraram que é razoável a geração de papel na Organização e 13% consideraram alto os resíduos de papel gerado (fig. 11).

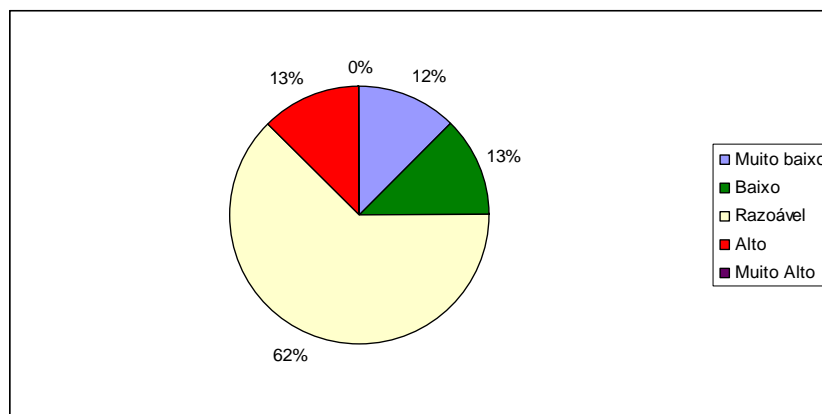


Figura 11: Percepção dos militares quanto à geração de papel.

Buscando subsidiar a elaboração de um Programa de Educação Ambiental (PEA), investigou-se a relação que os militares estabelecem entre os diferentes aspectos do cotidiano com a questão ambiental. Observa-se que a percepção dos militares é, ainda, descritiva dos processos da natureza, sem inserir a pessoa e suas relações no contexto da questão ambiental (fig. 12).

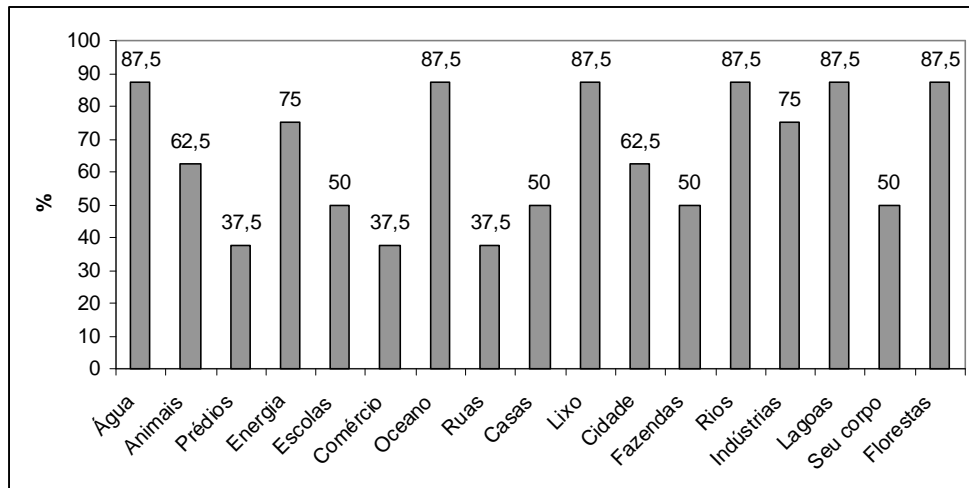


Figura 12: Relação entre diferentes aspectos do cotidiano com a questão ambiental.

Os dados obtidos na figura 12 corroboram com as análises realizadas por Busato & Arigoni (2008), ao pesquisarem a opinião dos funcionários de uma fábrica de cimento em Minas Gerais em relação à participação dos mesmos na questão ambiental.

Ao serem perguntados sobre a quem compete resolver os problemas ambientais da sua realidade, os militares se incluem na construção das soluções, de acordo com as informações constantes da figura 13. Essa postura também é encontrada no trabalho realizado por Busato & Arigoni (2008).

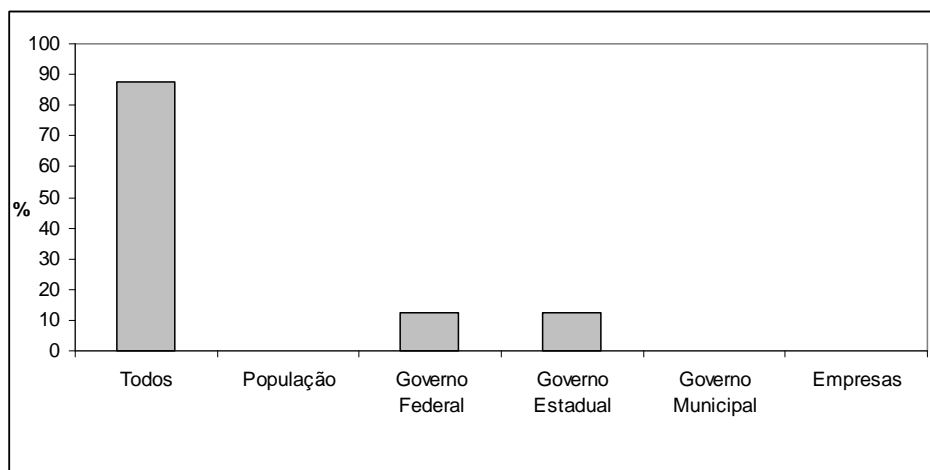


Figura 13: Opinião acerca da competência para solucionar os problemas ambientais.

Essa visão mostra que, apesar de não se perceber como parte da questão ambiental, há certa disposição de participar na solução dos problemas. Além disso, ao incluir-se como um dos agentes de transformação para a construção da sustentabilidade, o militar admite enxergar-se como parte do problema.

Com isso, foi perguntado aos militares se há no local de trabalho algum processo de conscientização ambiental e 87% responderam que não, apenas 13% disseram que sim (fig. 14) e exemplificaram com a explicação de que existem cestos para coleta de material reciclado – papel e plástico. Interessante registrar que os militares não mencionam os cartazes

e avisos para economizar energia. Ou seja, não conseguem perceber que tais informativos seja um processo de conscientização ambiental.

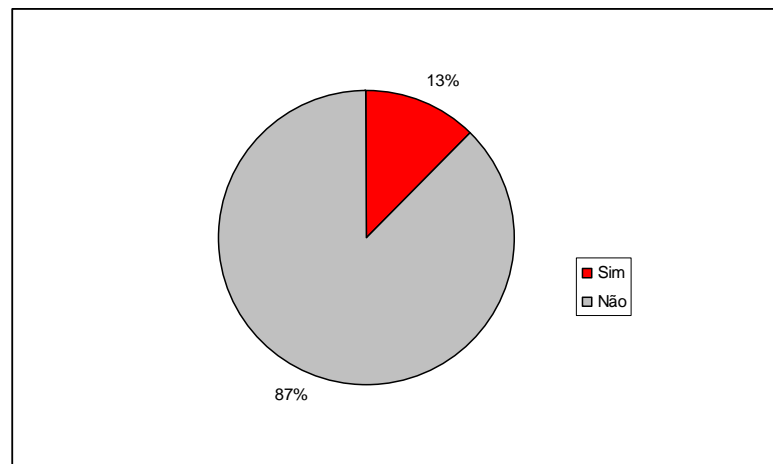


Figura 14: Campanha de conscientização ambiental no local de trabalho.

Isso demonstra que a OM-SP necessita ampliar seus processos de comunicação, para que seu público possa perceber as iniciativas já em andamento na instituição. Pois, para Berna (2011), as organizações têm o direito e o dever de se comunicarem adequadamente com o público interessado, informando sobre como estão gerenciando o meio ambiente. Ao fazerem isso, podem contribuir para a formação de consciência ambiental na população e mesmo dar o exemplo para outros, estimulando novos investimentos em meio ambiente, num efeito cascata. Qualquer plano ou campanha de Comunicação Ambiental deve estar baseado no desejo sincero em se comunicar com seus diversos públicos. Adotar o silêncio como estratégia para se proteger de problemas, pode até dar certo em alguns casos, mas, quando não dá, pode ser tarde demais ou custar muito mais caro.

O autor também ressalta que só democratizar a informação ambiental pode não ser suficiente para produzir as mudanças necessárias de opinião. Pois, a simples veiculação de informação ambiental desassociada de um compromisso com a cidadania crítica e participativa como defende a educação ambiental, pode agravar a degradação do meio ambiente (BERNA, 2011).

Verificou-se que dentre as formas de poluição mais comum no local de trabalho (fig. 15) estão à poluição sonora com 62% e a poluição visual com 38%, em virtude da falta de segregação dos setores de trabalho e conseqüente ruído produzido pelo atendimento ao público, conversas ao telefone e outros sons. Quanto à poluição visual o amontoado de papel nas mesas é o que mais incomoda alguns entrevistados.

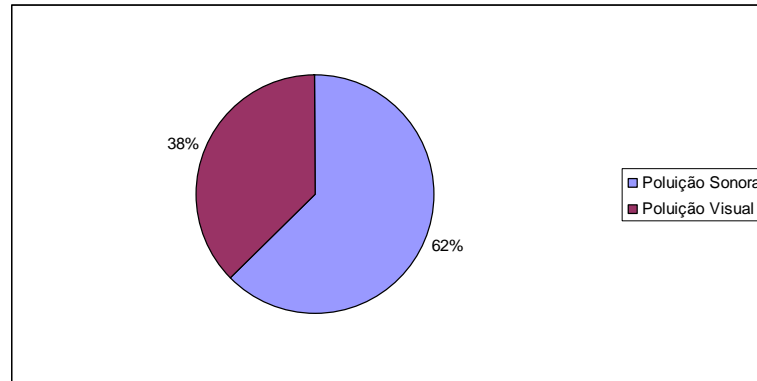


Figura 15: Poluição mais comum no ambiente de trabalho.

5. CONCLUSÕES

De acordo com Leff (2001), o ambiente emerge como um saber reintegrador da diversidade, de novos valores éticos e estéticos e dos potenciais sinérgicos gerados pela articulação de processos ecológicos, tecnológicos e culturais. O saber ambiental ocupa seu lugar no vazio deixado pelo progresso da racionalidade científica, como sintoma de sua falta de conhecimento e como sinal de um processo interminável de produção teórica e de ações práticas orientadas por uma utopia: a construção de um modelo sustentável, democrático, igualitário e diverso.

Para que possamos ampliar o saber ambiental é necessário ampliar e divulgar as ferramentas de comunicação da Organização. De acordo com Maranhão (2011) os seguintes canais poderão ser utilizados como forma de atingir eficácia das comunicações: intranet, informativos internos, quadros murais, caixas de sugestões, mala direta eletrônica para os colaboradores.

Neste contexto, o estudo sugere a implantação de uma política de comunicação ambiental local e de um Programa de Educação Ambiental, vinculados ao Sistema de Gestão Ambiental, que resultem em ações concretas para a redução de impactos ambientais adversos decorrentes do consumo e geração de resíduos dentro da instituição.

Além disso, com os resultados obtidos nesta avaliação preliminar sugerem a intensificação da comunicação ambiental através de jornais periódicos internos, reuniões diárias, página da intranet que proponham e relatem as ações de melhoria contínua no que diz respeito às questões de consumo sustentável, geração e disposição de resíduos, bem como campanhas para reduzir o consumo de água e energia.

Esta pesquisa teve como objetivo conhecer se há um processo de comunicação ambiental em uma Organização Militar do Estado de São Paulo, visando o estabelecimento de uma política de comunicação ambiental que possa contemplar as partes interessadas, produzindo melhoria no desempenho ambiental da instituição e ampliando sua responsabilidade socioambiental.

Assim, a pesquisa conclui que apesar de existir um processo de comunicação ambiental, vinculado a prática de gestão ambiental torna-se necessária a divulgação dos resultados dessas práticas, o estabelecimento de uma política de comunicação mais efetiva e a intensificação dos treinamentos ambientais como ferramenta de um Programa de Educação Ambiental crítico e construtivo.



28 · 29 · 30
de OUTUBRO

XII SEGET
SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA
TEMA 2015
Otimização de Recursos e Desenvolvimento



6. REFERÊNCIAS

- AGUIAR, S. & CERQUEIRA, J. F. Comunicação ambiental como campo de práticas e de estudos. **Comunicação & Inovação**, São Caetano do Sul, v. 13, n. 24, p.11-20, 2012.
- ALMEIDA, J. R. **Gestão Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Thex Editora, 2006.
- ANDREONI, M.; REIS, J. M. S. P.; ELHAJJI, M. Introdução à Comunicação Ambiental. Anais... XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação em Natal, 2008. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/r3-1638-6.pdf>. Acesso em: 28 de março de 2015.
- BARATA, M. M. L.; KLIGERMAN, D. C.; MINAYO-GOMEZ, C. A gestão ambiental no setor público: uma questão de relevância social e econômica. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, 12 (1), 165-170, 2007.
- BARBIERI, J. C. **Gestão Ambiental Empresarial: Conceitos, Modelos e Instrumentos**. São Paulo: Saraiva., 2004.
- BERNA, V. **Dez mandamentos da Comunicação Ambiental**. 2011. Disponível em: <http://www.escritorvilmarberna.com.br/artigos/comunicacao-ambiental/dez-mandamentos-da-comunicacao-ambiental.html>. Acesso em: 30 de outubro de 2014.
- BUSATO, L. C. & ARIGONI, E. N. Foco e ética no desenvolvimento de Programas de Educação Ambiental Empresarial: reflexões acerca das forças indutoras, posturas, resultados e sinergismo. In: PEDRINI, A. G. **Educação ambiental empresarial no Brasil**. Editora Rima, 2008.
- CAMPOS, M. K. S. **A Comunicação Ambiental no Brasil e o Potencial de Aplicação da Norma ISO 14063**. Palestra ministrada durante o Seminário Internacional “Tendências da International for Standardization – ISO em Normalização Ambiental Internacional e as Ações no Brasil, FIESP, São Paulo. 2007.
- COPPOLA, N. W. Rhetorical Analysis of Stakeholders in Environmental Communication: A Model. In: COPPOLA, N. W. E KARIS, B. (eds.) **Technical communication, deliberative rhetoric, and environmental discourse: connections and directions**, p.21-36. 2000.
- FERNANDES, B. R.; SMITH, V. P. B.; ULSEN, P. “Comunicação” por um licenciamento ambiental sustentável. **Anais... XVIII Colóquio Internacional da Escola Latino-Americana de Comunicação**, São Paulo, 2014. Disponível em: http://www2.metodista.br/unesco/pensacom2014/arquivos/Trabalhos/Backer,%20Pedro%20e%20Vivian_Comunica%C3%A7%C3%A3o%20por%20um%20licenciamento%20ambiental%20sustent%C3%A1vel.pdf. Acesso em: 23 de março de 2015.
- GARCÍA, J. S.; SANTISO, M. S. Comunicação ambiental para o século XXI. **Comunicação & Educação**, ano XV, n. 2, maio/ago, 2010.
- INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION (ISO) 14063. **Comunicação Ambiental – Diretrizes e exemplos**. 2006.
- ITO, K. **Environmental Management Systems for Public Sector**. 2006. Disponível em: <http://ideas.repec.org/p/wiw/wiwsa/ersa05p169.html>. Acesso em: 02 de março de 2014.
- LARA, G. **O ambiente como vitrine**. 2004. Disponível em: <http://www.mbc.org.br/mbc/uploads/biblioteca/1164635738.9946A.pdf>. Acesso em: 30 de junho de 2015.
- LEFF, E. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Tradução de Lúcia Mathilde
- LIMA, M. D. V.; LOOSE, E. B.; JÚNIOR, P. S; DUARTE, V.; SCHNEIDER, T.; MEI, D. A comunicação ambiental como forma de enfrentamento dos dilemas socioambientais. **Anais... 2º Encontro Interdisciplinar de Comunicação Ambiental (EICA)**, Sergipe. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, p. 1-13, 2013. Disponível em: <http://www.rica.eco.br/rica/arquivos/anaiseica2013/EICA%202013-04-Enfrentamento%20dos%20dilemas%20socioambientais.pdf>. Acesso em: 23 de março de 2015.
- LUIZ, L. C.; RAU, K.; FREITAS, C. L.; PFITSCHER, E. D. Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e Práticas de Sustentabilidade: Estudo Aplicado em um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. **Revista de Administração Pública e Gestão Social**, 5 (2), 114-134, 2013.
- MARANHÃO, R. A. Modelo de gestão ambiental aplicado à Estação Naval do Rio Negro, Manaus. **Anais... I Seminário Internacional de Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia**. UFAM, 2010.
- MARANHÃO, R. A. Proposta de Sistema de Gestão Ambiental para Usina de Produção de Hexafluoreto de Urânio do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo. **Anais... VII Congresso Nacional em Excelência de**



28 · 29 · 30
de OUTUBRO

XII SEGET
SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA
TEMA 2015
Otimização de Recursos e Desenvolvimento



Gestão, 2011. Disponível em: http://www.excelenciaemgestao.org/Portals/2/documents/cneg7/anais/T11_0353_1649.pdf. Acesso em: 23 de março de 2015.

MARTINS, G. A. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. 2000.

MORALES, A. G.; BERNARDO, C. H. C.; SCIENZA, R. C. Análise da identidade visual do programa Olhar Ambiental: uma interface entre comunicação e meio ambiente. **Revista Comunicação Midiática**, v.9, n.1, p. 134-156, 2014.

MOREIRA, M. S. **Estratégia e Implantação do Sistema de Gestão Ambiental**. Editora de Desenvolvimento Gerencial, Belo Horizonte. 2001.

NEVES, E. B. & ROSEMBERG, B. Estudo comparativo entre o Sistema de Gestão Ambiental do Exército Brasileiro e a norma ISO 14001. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, 4 (1), 159-177, 2010.

ORTIZ, J. Implementing Environmental Management Systems in the Federal Government: Real Change or Flavor-of-the-Month? **Electronic Green Journal**, 21, pp. 57-65, 2005.

RAMOS, T. **Environmental performance indicators for the public sector**. 2007. Disponível em: <http://www.eoearth.org/view/article/152631>. Acesso em: 26 de fevereiro de 2014.

ROTONDARO, A.; TURATTI, L. F. Comunicação ambiental: aplicação de modelo de planejamento sistêmico - análise de caso na indústria da construção civil. **Anais... II Simpósio Internacional de Ciências Integradas da Unaerp Campus Guarujá**, 2005. Disponível em: <http://www.unaerp.br/index.php/sici-unaerp/edicoes-anteriores/200/secao-1-1/880-comunicacao-ambiental-aplicacao-de-modelo-de-planejamento-sistemico-analise-de-caso-na-industria/file>. Acesso em: 23 de março de 2015.

SAMMALISTO, K.; BRORSON, T. Training and communication in the implementation of environmental management systems (ISO 14001): a case study at the University of Gävle, Sweden. **Journal of Cleaner Production**, v. 16, p. 299-309, 2008.

SILVA, L. M. Comunicação, mobilização e mudança social. In: MONTORO, T. S. (Org.). **Série Mobilização Social, Comunicação, Cultura, Cidadania e Mobilização Social**. Brasília/ Salvador: UnB, v. 2, 1997.

TINOCO, J. E. P. & Kraemer, M. E. P. **Contabilidade e Gestão Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2004.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.